

ATA DA 211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA - 2018

Data: 25/09/2018

Local: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bertioga - AEAAB

Início: 09h30 *Término:* 11h20

O Sr. Presidente deu início à reunião. Ausentes representantes da CMB, PMB e IBAMA. Representantes da SMA justificaram a ausência.

Foi dispensada a leitura da ata pelo fato de a mesma ter sido encaminhada por email aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente informou sobre decisão do Ministério Público que culminou com a exoneração de 109 funcionários comissionados, reduzindo ainda mais a equipe da Secretaria de Meio Ambiente, que já era absolutamente enxuta. Assim, pediu paciência e garantiu que todos vem se esforçando para dar continuidade aos trabalhos e minimizar os prejuízos desse acontecimento.

PAUTA:

1. Assuntos Gerais:

- a. **Conselheiro Ubirajara**: questionou sobre a situação da área do “Camping Maria Baiana” e falou que munícipes estão se mobilizando por meio de abaixo-assinado para apresentar denúncia ao Ministério Público. O Sr. Presidente informou que existe uma ação de usucapião desde 1994 para essa área de aproximadamente 15.000m² na orla da praia de Boraceia que teve recentemente uma sentença transitada em julgada em favor da Sra. Maria Laurentina, com registro no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Santos – Matrícula 90.794, sobrepondo a matrícula em favor do Município, área pública denominado Espaço Livre nº 1, do loteamento Balneário Mogiano. A situação está sendo avaliada pela PGM. Informou, também, que há ação de usucapião movida pela Sra. Rosângela referente a uma área contígua a área do Camping.
- b. **André Santana, Diretor de Habitação**: falou sobre o Projeto Terreno Vivo. Explicou tratar-se de projeto realizado em parceria pela PMB e SESC, que visa utilizar espaços ociosos na comunidade para, em conjunto com ela, produzir algo importante, que tenha impacto positivo na comunidade e na vida das pessoas. O projeto teve início no bairro Vicente de Carvalho e foram realizadas 4 ou 5 reuniões com a comunidade, que determinou quais alimentos seriam plantados para melhor atender sua demanda. Deste ponto, realizou-se um mutirão para implantar a horta comunitária nesse espaço. Esse projeto, além de atender uma demanda importante da comunidade, ajuda a evitar depósito de lixo e entulho de forma inapropriada e prevenir ocupações irregulares nestes espaços. O próximo passo será organizar outro mutirão para fechamento com cerca e instalação das caixas d’água.

O Sr. Presidente aproveitou para esclarecer que a data para entrega de relatórios do Município Verde Azul é 1º de outubro e que em razão da previsão das exonerações foi feito um grande esforço para deixar tudo pronto em tempo. Também falou sobre o Plano de Manejo APA Marinha Centro, informando que os conselheiros Paulo Velzi e Ubirajara tem participado das reuniões representando o CONDEMA, bem como o Diretor Castro. Falou da importância da participação visto que a pauta trata também da zona de amortecimento da APA e isso pode gerar conflito com a SPU em relação a área de gestão das praias.

Informou também que tem participado dos encontros das Secretarias de Meio Ambiente do Litoral Paulista, que já foram realizados em Guarujá, Cananeia e São Sebastião. O próximo acontecerá em Bertioga, provavelmente no próximo dia 19 de outubro. A proposta dos encontros é trabalhar o tema “os efeitos das mudanças climáticas”, provocando discussão sobre as políticas públicas do Estado para o litoral paulista. Data e local ainda serão confirmados e informados aos conselheiros. Reafirmou a importância da participação de todos.

- 2. Legislação sobre Congelamento de Núcleos de Ocupações Irregulares:** o Sr. Presidente lembrou que a minuta de Projeto de Lei que foi aprovada pelo CONDEMA ano passado, ao ser aprovada pela CMB sofreu alterações e passou a ter vigência de um ano, findando seu prazo em breve (Lei Municipal 1227, de 27 de novembro de 2017). Se a Lei for revogada, todo o trabalho realizado pela Diretoria de Habitação poderá ser questionado. A minuta que trazemos para avaliação da plenária hoje visa tentar melhorar a norma para simplificar sua aplicabilidade. Já foi avaliada pela Comissão de Congelamento e amanhã passará pelo Conselho de Habitação. Um exemplo é que na CMB foi incluída a exigência de aprovação do CONDEMA, o que torna o processo mais burocrático, sugerindo tão somente a ciência. É importante sim que o assunto seja submetido ao CONDEMA quando estiver na fase de análise da Regularização Fundiária. Passou a palavra ao Diretor de Habitação, Sr. André Santana, que explanou sobre a experiência da aplicação da Lei 1227 durante este ano de sua vigência. Muito se avançou, mas pontos de dificuldade também foram observados. Lembrou o congelamento da Rua Marítima no Sítio São João, região antes com muitos conflitos e que hoje, graças ao trabalho realizado, mais tranquila. O próximo passo para essa área, aí sim, é verificar se e o que é possível regularizar ou remover. Para congelamento dos núcleos são tantas as condicionantes que o trabalho se torna moroso e difícil. É preciso simplificar a legislação e entender que Congelamento é uma situação, Regularização é outra. O Congelamento impede que o núcleo de ocupação irregular se expanda e permite o seu estudo, não garantindo de forma nenhuma sua regularização. Com o núcleo congelado e o estudo finalizado, passa-se então à verificação de possibilidade de regularização ou necessidade de remoção. O conselheiro Filipe sugeriu consideração no texto, para que não haja sobreposição de normas, sobre áreas inseridas no PERB e no PESM, posto que já existe regramento específico para construções e ampliações nestas áreas. O Diretor Castro falou que é importante lembrar que quando a atual gestão assumiu identificou muitas áreas com situação de ocupações irregulares, sendo a da Rua Marítima a mais crítica. Ressaltou e agradeceu ao trabalho insistente do então Coordenador de Controle de Ocupações, Valdizar Albuquerque que, junto com a equipe da Diretoria

ajudou nesse trabalho tão importante que ganhou a confiança do GAEMA, hoje um importante parceiro na busca de soluções para esse tipo de situação. Ainda temos duas áreas já congeladas, mas críticas em Bertiooga, com situação complexa, que envolve o crime organizado, nas Chácaras e na Rua Futura em Boraceia. O MP reagiu positivamente aplicando embargo judicial nestas áreas. Falou ainda do importante apoio das polícias ambiental e militar e do Centro de Fiscalização Ambiental – CFA (Estado), trabalhando juntos em operações programadas. O Diretor André Santana explicou que temos vários núcleos identificados e três congelados. Ressaltou, novamente, que o Congelamento não garante de forma nenhuma regularidade para a ocupação irregular, mas sim, impede que o núcleo avance. Os conselheiros leram a minuta e fizeram suas observações. Alterações feitas, o Sr. Presidente colocou em votação a redação final da minuta que “Dispõe sobre a continuidade do plano de congelamento em áreas irregulares no Município de Bertiooga e dá outras providências” (anexo I). Os conselheiros **APROVARAM** por unanimidade.

O Sr. Presidente informou que esteve em reunião com a Dra. Almachia, do GAEMA, referente a um inquérito de 2008 sobre os quinhões no Sítio São João. Em 2009 o MP havia recomendado, com efeito de embargo, que nada fosse aprovado/autorizado naquela área. A recomendação foi acatada pelo prefeito da época e, desde então, vem-se realizando estudos e laudos que são anexos ao Processo e recentemente a Dra. Almachia possibilitou que o município apresente proposta de regularização fundiária para algumas áreas no Sítio São João. Há também tratativas com a SMA e Fundação Florestal para alterar um decreto que equivocadamente colocou a SABESP como proprietária da área, o que possibilitaria incluir essa parcela do quinhão 6 e 7 na avaliação. A Prefeitura tem prazo de 60 dias para apresentar diretriz para a Regularização Fundiária e iniciou os procedimentos internos para discutir a proposta, avaliando maior benefício ambiental e prevendo também soluções de água e esgoto para aquela região.

- 3. FUNESPA:** o Sr. Presidente apresentou decisões da 25ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA. Apresentado saldo do FUNESPA do mês de julho (R\$ 409.272,88) e agosto (R\$ 443.984,65). Lembrou que alguns processos já aprovados ainda estão em trâmite, como os processos para cooperação técnica com ONG visando tratamento e reabilitação de animais silvestres, credenciamento de clínicas veterinárias para procedimentos de ortopedia e tumores dos animais sob responsabilidade do Bem-Estar Animal, entre outros. A conselheira Maria Inês perguntou sobre o processo para implantação dos pórticos em Boracéia. O Sr. Presidente informou que o processo está com carga para a SO e disse que verificará o andamento.

O Diretor Castro informou que participou de curso no SESC onde foi falado sobre o ICMS ecológico. Sugeriu que o CONDEMA solicite repasse de porcentagem desse valor para o FUNESPA. O Sr. Presidente afirmou que é necessário trazer ao Conselho a reforma do Código Ambiental, se possível ainda este ano. Alguns pontos precisam ser revistos, como por exemplo, a vinculação do cálculo para emissão de Autorização Ambiental a área de construção e tabela de padrão ISS, dentre outros.

Por fim, agradeceu ao SESC, na pessoa do conselheiro Emerson, por gentilmente ceder 4 vagas para a equipe da SM no curso “Concepção de Infraestrutura de Uso Público para Áreas Protegidas”, do qual participaram os Diretores Castro e Borges; a Coordenadora de Educação Ambiental, Mylene; e o Eng.º Agrônomo João Carlos. O conselheiro Emerson agradeceu a participação e fez um balanço positivo do curso, que contou com 35 participantes. Falou que sabe da dificuldade de reunir tantas pessoas durante o período de uma semana, debruçando-se sobre um único tema, e que a troca de informações e experiências entre os profissionais da área, educadores e participantes trouxe para todos a satisfação de poder levar esse conhecimento para a prática do seu dia-a-dia.

A próxima reunião foi agendada para o dia 30 de outubro de 2018. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertioga, 25 de setembro de 2018.

MARCO ANTONIO DE GODOI

Secretário de Meio Ambiente
Presidente do CONDEMA

Filipe Toni Sofiati

PMB – titular

Luiz Augusto Pereira de Almeida

Fundação 10 de Agosto – suplente

Maria Inês Verdiani de Carvalho

AMAB – titular

Emerson Luis Costa

SESC – suplente

Teresa Cristina Pinho Favaretto

Pró-Urbe – titular

Ubirajara Gonçalves de Lima

OSCIP Boracéia Viva – titular

Eduardo Cesar Lima Tomé

AEAAB – suplente

PENDENTE DE APROVAÇÃO PELOS CONSELHEIROS.